

Pedro
Brinca

Professor da Nova SBE

Ana Cordeiro
SantosEconomista e investigadora
no Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra

CONCORDA COM O PLANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL APRESENTADO PELO PSD?

SIM É paradoxal que no ano em que se projeta que a economia portuguesa seja a que mais irá crescer na Europa, que ao mesmo tempo se estejam a discutir medidas de apoio social típicas de alturas de crise. Mas é esta a realidade que 2022, num cenário de inflação histórica e guerra na Europa, nos traz. Em abril, na aprovação do OE-2022, o cenário macroeconómico apontava para uma taxa de inflação de cerca de 4% e de crescimento real de 4,9%. Desde então, quer o crescimento quer a inflação, foram revistos em alta para 6,5% e 6,8%, respetivamente. As receitas fiscais cresceram nos últimos meses de forma acentuada, alimentadas por uma inflação acima do previsto, lançando previsões de execução orçamental bastante mais positivas do que o antecipado. Um crescimento real de 6,5% da economia é algo de extraordinário, mesmo que sobre um ano base de 2021 com uma economia fortemente condicionada pela pandemia.

Mas estes 6,5% de crescimento real são uma média aproximada do que terá crescido o rendimento bruto dos portugueses. E como sabemos se um português comer um frango e outro não comer nenhum, em média cada um comeu meio frango. É importante lembrar que o Orçamento do Estado prevê um aumento nominal de apenas 0,9% para os salários da Função Pública, salários estes que são tipicamente um ponto de referência para os aumentos de salários no resto da economia. E importante lembrar também que a inflação, quando nasce, não é para todos de igual forma. Os aumentos mais pronunciados têm sido em bens cuja capacidade das famílias de os substituir — energia e bens alimentares — é mais difícil, e ao mesmo tempo são bens que têm um peso maior nos orçamentos das famílias mais desfavorecidas. Por outras palavras, a inflação a que as famílias com rendimentos mais baixos têm sido sujeitas será substancialmente superior à oficial, aliás como mostra um estudo recente da Deco. Junte-se a isto um aumento das taxas de juro que encurta ainda mais o rendimento disponível das famílias com créditos e temos os ingredientes para uma crise social.

As medidas previstas no Orçamento do Estado para 2022 são claramente insuficientes para evitar uma queda acentuada do poder de compra da maioria das famílias e em particular das mais carenciadas. Nesse sentido, o plano de emergência social proposto por Luís Montenegro é sem dúvida uma melhoria face ao que está previsto no Orçamento do Estado. Apoia os reformados — um grupo especialmente vulnerável em termos da sua capacidade reivindicativa; as famílias com menores rendimentos e com menores a seu cargo e não esquece as IPSS e as PME mais expostas aos aumentos dos preços da energia.

São medidas que numa boa parte dos casos não serão suficientes para evitar um decréscimo do rendimento disponível dos portugueses, mas estarão mais próximas de um equilíbrio a atingir entre a execução orçamental prevista, a segurança dos mais desfavorecidos e a cautela necessária para evitar o alimentar de mais inflação.

NÃO A proposta de programa de emergência social do PSD para os últimos quatro meses de 2022 — que inclui vales alimentares para pensionistas e trabalhadores de menores rendimentos, a redução regressiva do IRS para os escalões intermédios, o aumento do abono de família e linhas de apoio para as IPSS e PME mais afetadas pelo aumento dos custos da energia — atua sobre os efeitos e não sobre as causas da perda de poder de compra das famílias. Ainda que estas medidas possam mitigar muito parcialmente o aumento galopante do custo de vida para os mais pobres em 2022, o problema reemergirá em 2023 com o continuado aumento do preço dos bens essenciais.

Uma das causas da perda do poder de compra das famílias é, precisamente, o desajustamento entre a evolução dos preços dos bens essenciais e a evolução dos salários e das pensões. Segundo informação recentemente divulgada pelo INE, a remuneração mensal média por trabalhador aumentou 3,1% no 2º trimestre de 2022, relativamente à do mesmo período do ano anterior. Ajustando para a inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor, que foi 8,0% nesse trimestre, em termos reais, a remuneração mensal média por

trabalhador diminui 4,6%.

Ao mesmo tempo, assiste-se à acumulação de lucros extraordinários das empresas que beneficiam com a guerra e a crise energética, não se vislumbrando no contexto nacional, ao contrário do que sucede em outros países, apoio político para a taxação destes lucros excessivos.

Tão-pouco se vislumbra o reforço dos serviços públicos, nos domínios da saúde, do apoio à infância ou do cuidado a pessoas dependentes, que, constituindo salário indireto, poderiam garantir a manutenção do bem-estar das famílias num momento marcado por crises de vária ordem — financeiras, sanitárias, energéticas, inflacionárias, ambientais — cada vez mais recorrentes.

Pelo contrário, a Administração Pública encontra-se permanentemente ameaçada por cortes orçamentais e uma carência de pessoal crónica e agora aguda, resultado de décadas de políticas que vêm mercadorizando a provisão de bens essenciais e, deste modo, limitando o alcance do Estado social quando ele é mais necessário.

O PSD propõe, portanto, políticas mitigadoras, que não intervêm sobre as causas estruturais dos problemas que visam resolver, acabando por agravar esses mesmos problemas. A solução para a perda do poder de compra das famílias não pode deixar de passar pela valorização do emprego com direitos, dos rendimentos do trabalho e das prestações sociais e pelo reforço dos serviços públicos de acesso universal.

O plano proposto por Montenegro é uma melhoria face ao previsto no OE

O PSD propõe políticas mitigadoras, que acabam por agravar os problemas que tentam resolver